



Êxodo rural e sucessão geracional na região Sul do Brasil: uma análise da experiência do município de Coronel Bicaco/RS

Darlan Ariel Prochnow¹
Tatiane Peno Nogueira²
Cleiton Jardel Carneiro³
Nelson José Thesing⁴

Submissão: 06/11/2021

Aceite: 18/02/2022

Resumo

Este artigo analisa a ocorrência de êxodo rural e a sucessão geracional na agricultura familiar nos três estados da região Sul do Brasil. A pesquisa conta com dados secundários dos Censos Agropecuários do IBGE, e com a experiência do município de Coronel Bicaco/RS, através de questionário aplicado à 40 famílias do município. Os dados censitários mostraram uma redução, nas últimas décadas, do número de jovens agricultores residentes nos três estados do Sul do Brasil, bem como uma significativa masculinização da população rural com menos de 25 anos. Também, por meio da experiência do município de Coronel Bicaco/RS, foi possível apontar algumas condições que geram a saída dos jovens moradores do campo, como a falta de infraestrutura dentro do município, bem como os preços baixos pagos pelos produtos, especialmente o leite. Assim, políticas públicas para a agricultura familiar, como o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher, podem ser meios para garantir a permanência da população jovem no meio rural, desde que o acesso a tais programas seja viabilizado pelo setor público.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Êxodo seletivo. Desenvolvimento rural.

Rural exodus and generational succession in the South region of Brazil: an analysis from the experience of the municipality of Coronel Bicaco/RS

Abstract

This article analyzes the occurrence of rural exodus and generational succession in family farming in the three states of southern Brazil. The research has secondary data from the IBGE Agricultural Census, and the experience of the municipality of Coronel Bicaco/RS, through a questionnaire applied to 40 families in the municipality. Census data showed a reduction, in recent decades, in the number of young farmers living in the three states of southern Brazil, as well as an expressive masculinization of the rural population under 25 years of age. Also, through the experience of the municipality of Coronel Bicaco, it was possible to point out some conditions that lead to the departure of young residents from the countryside, such as the lack of infrastructure within the municipality, as well as the low prices paid for products, especially milk. Thus, public policies for family farming, such as Pronaf Jovem and Pronaf Mulher, can be means of guaranteeing the permanence of the young population in rural areas, as long as access to such programs is made possible by the public sector.

Keywords: Family farming. Selective exodus. Rural development.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. <https://orcid.org/0000-0003-3699-074X> E-mail: darlan.prochnow@sou.unijui.edu.br

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. <https://orcid.org/0000-0001-7414-7943> E-mail: tatipeno@gmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. <https://orcid.org/0000-0001-5606-0932> E-mail: cleiton.carneiro@sou.unijui.edu.br

⁴ Doutorado em Integração Regional (UFPEL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717> E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

1 Introdução

O fenômeno do êxodo rural contemporâneo vem sendo notado em diversos municípios da região sul do Brasil (FROEHLICH *et al.*, 2011; HEIN; SILVA, 2019). Como justificativa, outros estudos apontam a vulnerabilidade dos agricultores familiares, em relação à escassez de capital natural, físico, humano, social e financeiro (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2016). Também é constatada a exclusão dos agricultores familiares do sistema produtivo agroexportador, fator que limita a condição de agente destes atores, uma vez que estas atividades são controladas por agentes multinacionais (MUELLER, 2017).

Do mesmo modo, diversas pesquisas realizadas na região sul do país sobre o tema sucessão vêm demonstrando que a transição demográfica, a masculinização e o envelhecimento no campo, o intenso processo migratório, as maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola têm gerado o esvaziamento do meio rural (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008).

Entre as consequências do êxodo rural, a migração dos (das) jovens agricultores (as) é uma das mais preocupantes, pois coloca em risco o processo de sucessão nas propriedades rurais familiares (SAVIAN, 2014). Tradicionalmente, a reprodução social da agricultura familiar está amplamente assentada na permanência de, pelo menos, um dos filhos na condução das propriedades familiares, num processo denominado de sucessão (BOSCARDIN; CONTERATO, 2017). Assim, uma propriedade rural familiar, que não conta com a sucessão de sua gestão, coloca em risco a manutenção de suas atividades.

Nesse sentido, o cenário da agricultura familiar é representado pelas dificuldades enfrentadas pela juventude rural, que, em boa parte, sofrem com as profundas mudanças que ocorrem no ambiente rural, seja no estilo de vida ou nas condições de trabalho. Mesmo com os avanços científico e tecnológico, uma parcela significativa da população rural tem renda considerada insatisfatória, o que leva os agricultores a tomar decisões que afetam a reprodução social das famílias rurais, por meio do processo migratório.

Assim, a limitação da renda gerada na propriedade se apresenta como um grande desafio, que inquieta os jovens, para não permanecer na propriedade, não sucederem na atividade paterna. Um processo que pode justificar a migração para a vida urbana, pois o desejo de morar, estudar e trabalhar na cidade, para muitos jovens, supera as expectativas de futuro no meio rural (COSTA, 2011; BREITENBACH, CORAZZA, 2020).

Desse modo, faz-se necessário investigar a ocorrência do êxodo rural, principalmente da população jovem, visto que estes são os sucessores das atividades familiares. Por isso, a pesquisa utiliza dados dos Censos Agropecuários (2006 e 2017) e de entrevistas com 40 agricultores familiares, no município de Coronel Bicaco, na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O objetivo da pesquisa é analisar a incidência do êxodo rural e as questões de sucessão geracional entre agricultores (as) familiares jovens, assim como a influência de variáveis como nível de escolaridade, já que, de acordo com Yamaguchi *et al.* (2020) a sustentabilidade da agricultura familiar perpassa pelo nível de educação dos jovens, pois, segundo os autores, o nível de educação é diretamente proporcional aos lucros obtidos.

O artigo está estruturado conforme a descrição a seguir. Inicialmente é apresentada a revisão de literatura, a qual destaca a evolução da categoria agricultura familiar e a problemática do êxodo rural contemporâneo e a sucessão familiar. Após são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. A seguir são apresentados e discutidos os resultados, e, por fim, as considerações finais.

2 Revisão de literatura

A revisão de literatura está dividida em duas partes. Na primeira, é abordada a consolidação da categoria agricultura familiar. Na segunda, são abordadas as discussões que envolvem a sucessão nas atividades da agricultura familiar.

2.1 Consolidação da categoria agricultura familiar

Estudos acadêmicos, contribuições de órgãos do Estado, movimento sociais e sindicais, bem como organizações internacionais, contribuíram na conquista e na afirmação da categoria agricultura familiar no Brasil. Assim, a denominação agricultura familiar surge como um termo usado para caracterizar uma forma de organização do trabalho pautado na família onde a atividade produtiva agrícola é a principal fonte geradora de renda. Esse movimento conquistou seu espaço nos anos 1990, com dois estudiosos, José Eli da Veiga com “O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica” (VEIGA, 2008) e Ricardo Abramovay com “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (ABRAMOVAY, 2007).

As contribuições acadêmicas e as políticas públicas foram importantes na conquista e na afirmação da agricultura familiar, mas, o movimento protagonizado pelo sindicalismo dos

trabalhadores rurais, no Brasil, fortaleceu a categoria. O movimento oportunizou o despertar de novas lideranças, que protagonizaram grandes mobilizações, na busca de melhores condições de produção, ao apontarem novos instrumentos da política agrícola, para os agricultores familiares (ROMANO, 1996).

Se, por um lado, o movimento sindical contribuiu na caminhada da consolidação da categoria agricultura familiar, por outro, a marca da categoria agricultura familiar, fortaleceu as próprias bandeiras do movimento sindical. Entre as grandes mobilizações, está Gritos da Terra Brasil, um movimento robusto, de alcance nacional, tendo como objetivo, as políticas públicas para a agricultura familiar, que mais tarde se efetivou no Pronaf, em 1995 (FAVARETO, 2006).

O movimento sindical, em colaboração com as produções acadêmicas, elaborou um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), oficialmente apresentado no VII Congresso em 1998, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esse projeto aponta novos mecanismos de organização e cooperação no campo da produção, na área das políticas agrícolas, incluindo processo de formação e educação profissional, previdência, assistência social, pesquisa e assistência técnica, entre outras (CONTAG, 1998).

Portanto, o movimento sindical conquistou um comportamento propositivo, com protagonismo no campo das reivindicações, um novo olhar que fortaleceu a categoria agricultura familiar. Esse movimento sindical conquistou gradativamente um espaço nas políticas públicas. Assim, o sindicalismo despertou novas várias organizações, entre eles, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em 1996, bem como a Via Campesina. Para Fernandes (2012) esses movimentos sindicais na agricultura familiar, oportunizaram um novo ambiente, favorável para a implementação de um projeto de integração com os mercados agroindústrias.

Para Picolotto (2014) a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) passou a ser um movimento sindical, identificado com a conquista e afirmação da agricultora familiar. Um movimento autônomo, distanciando-se do movimento sindical da Contag. Assim, se o movimento sindical, apontou novas matrizes produtivas, bem como, oportunizou novos espaços para organizações sindicais. Porém, cada movimento, busca de sua maneira, seu espaço de mobilização e de conquistas na agricultura familiar. Esses movimentos auxiliaram, anos de 1995 a 1998, na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para atender a agricultura familiar e a reforma agrária. Já o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) passa a responder a agricultura empresarial, o chamado agronegócio.

Fruto dos movimentos sindicais, presente na agricultura familiar, das produções acadêmicas e das políticas do Estado, se estabelece a criação do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de 29 de agosto de 1996. Esse processo apontou a necessidade da presença do Estado, em políticas de intervenção, que constitui a agricultura familiar, como um segmento de cunho social e econômico. Assim, a agricultura familiar passa a ser um projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica.

Entretanto, os resultados do PRONAF apenas contribuem para ampliar a diferenciação econômica no interior da agricultura familiar, privilegiando os segmentos integrados às principais cadeias produtivas do agronegócio, como grãos e carnes, e a marginalização dos segmentos menos capitalizados, os quais, muitas vezes, não conseguem acessar os recursos dessa política pública federal em virtude das barreiras impostas pelo sistema financeiro (SARON; NETO, HESPANHOL, 2017).

De acordo com Luna e Klein (2019) no mesmo ano da criação do Pronaf, o governo autorizou ainda a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com intuito de financiar pequenos e médios produtores. Essas medidas de apoio aos pequenos produtores vieram ao encontro das demandas oriundas de movimentos sociais e políticos, movimentos que continuam lutando pela reforma agrária, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Deste modo, a conquista e afirmação da agricultura familiar, pode ser vista também pela criação da Lei 11.326, em 2006, que define de forma oficial a agricultura familiar como categoria profissional. Segundo esta Lei é considerado agricultor familiar aquele que: não detém estabelecimentos com área maior que quatro módulos fiscais; utiliza predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; tem a renda familiar predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e dirige o estabelecimento em conjunto com sua família. (BRASIL, 2006).

Mesmo diante da conquista e afirmação da agricultura familiar, como uma categoria socioeconômica, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) apontam que os esforços para defender a agricultura familiar são justificáveis por vários motivos. Isso porque, apesar de sua relevância, o setor ainda ocupa um lugar secundário na política agrícola nacional e, o que é mais grave, tem perdido espaço recentemente. “a maioria absoluta da agricultura familiar brasileira é formada por produtores extremamente pobres ou pobres/intermediários”. Tal constatação se reflete na dificuldade de sucessão das atividades nas pequenas propriedades rurais, tema abordado pelo próximo item.

2.2 Êxodo e sucessão geracional na agricultura familiar

A conquista e afirmação da agricultura familiar, nas últimas décadas, tem contribuído no desenvolvimento rural brasileiro, especialmente pela sua importância socioeconômica, para além de produzir alimentos básicos que abastecem a população tem grande relevância na articulação rural-urbana (COSTA, 2011). No entender de Leonard *et al.* (2017), suscita a questão sucessória, que aponta desafios na agricultura familiar, que não só afetam as dimensões familiares, mas também o setor como um todo e, de forma pontual, a transferência intergeracional, entendida como fundamental para a sustentabilidade e desenvolvimento da agricultura.

Frente à representatividade da agricultura familiar no contexto econômico, bem como suas características sociais peculiares, que tradicionalmente buscam manter o patrimônio familiar por diversas gerações, a preocupação com a questão sucessória dessa categoria social vem ganhando espaço no campo acadêmico. A nova conjuntura desse modelo de produção é marcada pela migração da população rural para o meio urbano, sobretudo da população jovem, comprometendo a sucessão dos estabelecimentos rurais familiares e conseqüentemente a continuidade da agricultura familiar enquanto categoria social (GRIS; LAGO; BRANDALISE, 2017).

Para Kischener, Kyota e Perondi (2014), o processo de sucessão familiar na agricultura familiar, no Brasil, até 1970, caracterizava-se pela tradição cultural, que priorizava o acesso à sucessão ao filho mais velho, ou ao mais novo. Significa que, parte da família, não tinha espaço no processo, especialmente as filhas. Portanto, o ofício de agricultor, era passado de pai para filho, de forma natural.

A partir dos anos 1970, as transformações de ordem técnico-produtiva e socioeconômica na agricultura vão se traduzir em uma redução considerável da autonomia das famílias rurais e, por consequência, a reprodução social se torna cada vez mais subordinada e dependente dos vínculos mercantis, ocorrendo ainda uma diferenciação social e produtiva entre os agricultores familiares (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011).

Portanto, com o passar dos anos, com a modernização da agricultura, com a integração rural-urbana e industrial-agrícola, de diferentes valores e sociabilidades, o Brasil, dá início a uma nova fase no espaço rural, marcado por dificuldades para garantir a sucessão familiar. Para Redin (2015) a sucessão família rural é um campo de conflitos, mesmo marcado por regras e normas, tem dificuldade de encaminhá-la de forma democrática.

Assim, vários fatores estão presentes na escolha do sucessor, na propriedade agrícola, na agricultura familiar, entre eles: gosto pelo trabalho, dedicação, ausência de conflitos. Porém, com a redução da família e menor interesse dos filhos em candidatar-se à sucessão tem dificultado esse processo. Para Suess-Reyes e Fuetsch (2016) a sucessão familiar, está diretamente relacionado com o apego da próxima geração aos negócios familiares, bem como sua intenção em prosseguir com o patrimônio familiar no futuro.

Oliveira, Mendes e Vasconcellos (2021) destacam que o processo de sucessão familiar envolve muitos aspectos, não se restringindo apenas na transferência do patrimônio. Corroborando com esta afirmação. Para Fischer e Burton (2014) a sucessão familiar é um processo que deve iniciar na infância, ao desenvolver uma relação de compromisso, entre o provável sucessor, bem como gostar do meio agrícola. Assim, a sucessão não é uma questão de escolha, em um determinado ponto crítico no ciclo de vida familiar, mas sim, um processo de longo prazo de desenvolvimento e preparação do filho para assumir como o sucessor na atividade paterna.

A cultura patriarcal que predomina no meio rural desanima e não prepara as jovens mulheres para a sucessão, faz com que se sintam desvalorizadas e projetem um futuro pessoal e profissional fora do campo. Elas desejam autonomia decisória e financeira, as quais não encontram no meio rural. As jovens não almejam para elas o destino de muito trabalho e pouco reconhecimento e autonomia (BREITENBACH, CORAZZA, 2020).

No entanto, parece que interpretar e conceituar o processo que contempla a juventude, torna-se um trabalho de grande complexidade e que exige profundo conhecimento. Para Bourdieu (1983, p.113), não se pode falar dos jovens como se fossem “uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns” e que qualquer relação entre interesses e idade cronológica constitui manipulação. Ainda, para o autor, não é permitido nada menos, do que falar em juventudes, pois existem grandes diferenças entre condições de vida, renda familiar, acesso a mercado.

A dificuldade de obtenção de renda, bem como acesso ao mercado, pode ser enfrentada com a agroindustrialização da matéria-prima produzida no meio rural. As agroindústrias familiares são uma alternativa de incremento na renda dos agricultores familiares, pois a mão de obra e a matéria-prima próprias reduzem os custos de produção. Ainda, a agroindústria familiar pode envolver diferentes gerações em sua gestão, facilitando o processo de sucessão familiar (PROCHNOW *et al.*, 2021). A geração de renda, através de atividades não agrícolas, pode ser meio eficaz para a permanência do jovem na propriedade rural (DUARTE *et al.*, 2021). Mesmo assim,

as questões que envolvem a renda familiar não podem ser consideradas as únicas a serem consideradas, quando o assunto é a sucessão familiar.

Não há motivações isoladas e sim em combinações que culminam com o êxodo rural. Por meio da análise de agrupamentos (*cluster analysis*) foram identificados quatro perfis distintos de agricultores familiares que deixaram suas atividades: o primeiro grupo é caracterizado por famílias de idosos, normalmente apenas o casal, com problemas de saúde, com força de trabalho familiar insuficiente, sem sucessão familiar e com baixo nível de recursos disponíveis, ou seja, com uma área cultivável pequena, com instalações insuficientes e descapitalizadas, o que inviabiliza a contratação de mão de obra de terceiros (HEIN; SILVA, 2019).

No caso do Brasil, o crescente êxodo rural tem levado uma gama de trabalhadores rurais para o meio urbano, acarretando as dificuldades de oferta de trabalho, tanto familiar como não familiar, no campo (WEBER *et al.*, 2020). A construção gradual do processo de sucessão, em suma, se deve pela participação e influência dos pais, bem como pelo interesse e afinidade dos filhos para com o negócio, o trabalho e a propriedade como um todo (BREITENBACH, CORAZZA, 2017).

Sabe-se que a qualificação técnica do agricultor acontece, principalmente, junto à família. É no fazer-aprender que os(as) filhos(as) de agricultores(as) familiares se qualificam para exercer as atividades relacionadas ao campo. O saber é passado de pai para filho(a), sendo esse conhecimento renovado e atualizado. São saberes com um viés mais baseado na solução de problemas ambientais, adaptados à minúcia do território e muito pouco replicáveis. Logo, se os (as) filhos (as) de agricultores(as) deixarem o meio rural, toda a cultura fundamental e adquirida no campo como agricultores, poderá desaparecer, e assim limitadas as possibilidades da produção (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008).

3 Metodologia

A pesquisa, quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva (GIL, 2014). A abordagem classifica-se como qualitativa e quantitativa (VERGARA, 2009; MINAYO, 2011). A coleta de dados ocorreu de duas formas. Inicialmente, foram extraídos os dados secundários referentes aos Censos Agropecuários do IBGE, referente aos anos de 2006 e 2017. Estes dados, disponíveis no portal SIDRA, foram utilizados para elaborar um panorama da população de agricultores jovens (menores de 25 anos, conforme especificação do IBGE) residentes nos três estados da região Sul

do Brasil. A categoria agricultura familiar refere-se à Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamentada pelo Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017.

Em outra etapa, a pesquisa analisou as questões de sucessão na atividade rural familiar do município de Coronel Bicaco/RS. Localizado na mesorregião Noroeste Rio-grandense, possui uma população de 7.748 habitantes (IBGE, 2021) e a economia do município é baseada na produção da agricultura familiar.

Figura 1 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul, com destaque o município de Coronel Bicaco.



Fonte: Wikipédia, 2021.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário semiestruturado fornecido pela EMATER, (modelo padrão para todo o estado), contendo 15 questões objetivas, subdivididas em 4 (quatro) seções de perguntas e 2 (duas) seções de identificação. As perguntas do questionário abordaram assuntos referentes a permanência das famílias na atividade rural, a presença de um sucessor rural e o interesse do mesmo em efetuar a continuidade do estabelecimento.

Os agricultores familiares entrevistados em Coronel Bicaco são categorizados como pertencentes à categoria familiar, não sendo pesquisados agricultores pertencentes à categoria não familiar. O método de análise das entrevistas foi a análise de conteúdo, que Bardin (2010, p. 44), define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção; recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Participaram da execução da pesquisa, os técnicos e estagiário da EMATER/RS e os agentes de saúde do município. A pesquisa consistia no deslocamento do aplicador do questionário até a propriedade da família a ser entrevistada, onde ele realizava a entrevista na forma de conversa informal. Foram entrevistadas representantes de 40 famílias durante a pesquisa, todas residentes no meio rural e que possuem dedicação exclusiva nas atividades do meio rural.

4 Resultados e discussão

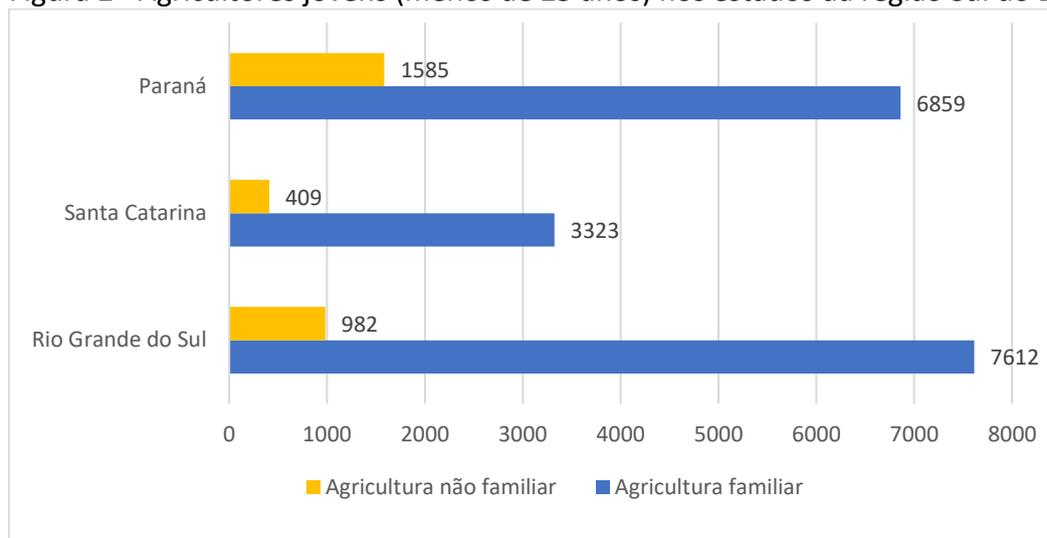
Esta seção apresenta, inicialmente, os dados da população de agricultores jovens residentes nos estados da região Sul do Brasil, relativos aos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, bem como os números da população de homens e mulheres jovens residentes nestes estados. Após, são apresentados os resultados das entrevistas, com 40 famílias rurais, no município de Coronel Bicaco/RS.

4.1 Censo agropecuário: a juventude na agricultura familiar

A análise inicia com a apresentação do número de agricultores familiares e não familiares, menores de 25 anos, residentes nos três estados da região Sul do Brasil. Foram extraídos dados secundários dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, para compreender se houve aumento, diminuição ou estagnação no número de agricultores jovens no sul brasileiro.

A figura 2 apresenta o número de agricultores jovens (menos de 25 anos), residentes no Sul do Brasil, conforme o Censo Agropecuário de 2006. O Rio Grande do Sul é o estado com mais agricultores familiares entre os três estados da região Sul, enquanto o Paraná é o estado com mais agricultores jovens não familiares. O número de agricultores familiares (ambos os gêneros) é muito superior ao de agricultores não familiares, nos três estados analisados.

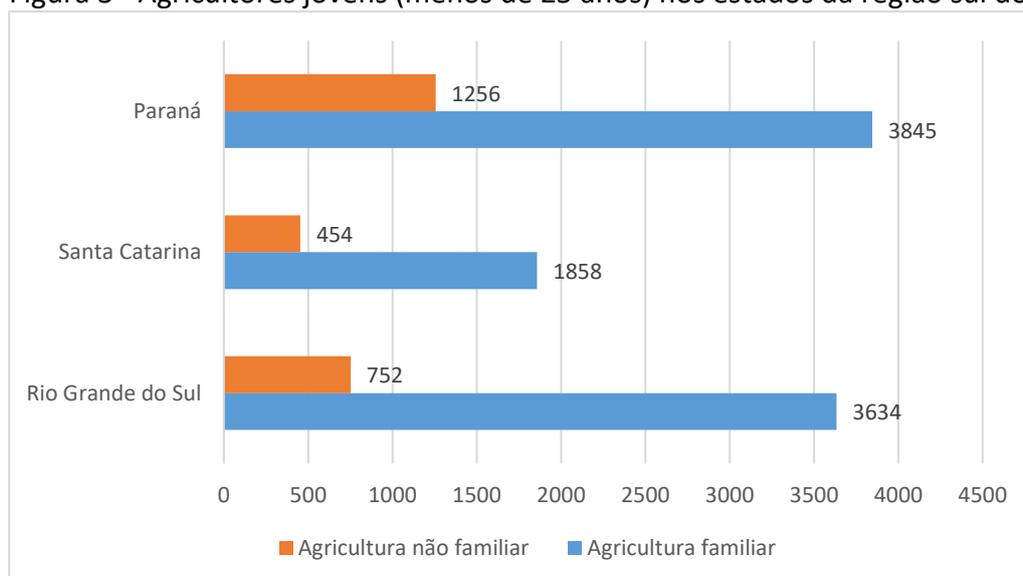
Figura 2 - Agricultores jovens (menos de 25 anos) nos estados da região Sul do Brasil em 2006



Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 2006).

A figura 3 apresenta o número de agricultores jovens (menos de 25 anos) familiares e não familiares, nos estados da região Sul do Brasil, conforme Censo Agropecuário de 2017. Diferente do que ocorreu em 2006, o Censo Agropecuário de 2017 apontou que o Paraná possui o maior número de agricultores familiares na região Sul, assim como continua apresentando o maior número de agricultores não familiares. Outra constatação importante, revela o êxodo da população pesquisada (menores de 25 anos), ou seja, os agricultores mais jovens, aqueles que poderiam exercer a sucessão da atividade familiar.

Figura 3 - Agricultores jovens (menos de 25 anos) nos estados da região sul do Brasil em 2017



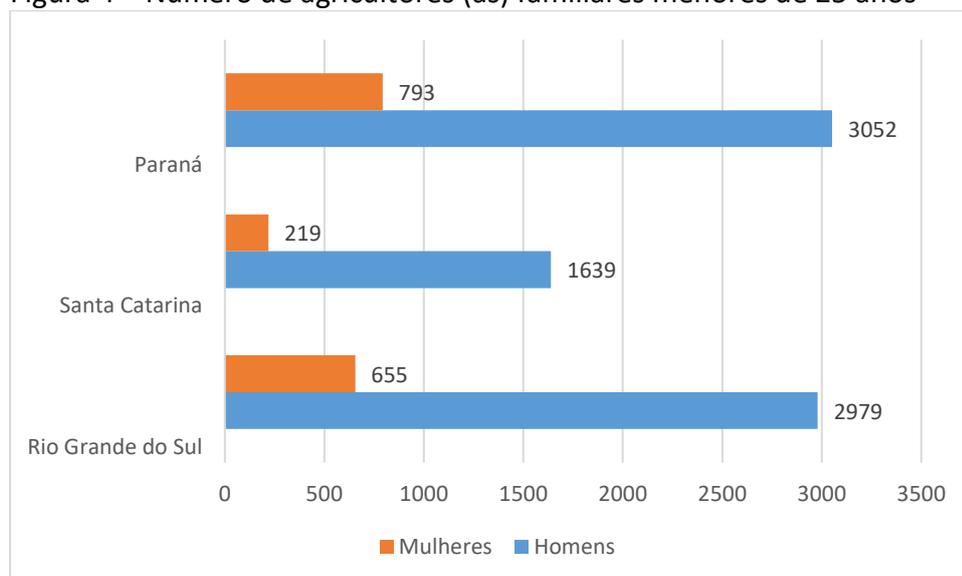
Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 2017).

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná tiveram redução do número de agricultores familiares, na comparação entre os dados dos Censos de 2006 e 2017. Quanto ao número de

agricultores não familiares, apenas Santa Catarina obteve aumento, embora pequeno, desta categoria. Os estados do Rio Grande do Sul e Paraná sofreram redução do número de agricultores não familiares. Weber *et al.* (2020) apontaram que este crescente êxodo rural acarreta problemas de ordem social e econômica no meio rural, como a falta de mão de obra.

A figura 4 apresenta a comparação do número de agricultores jovens residentes nos estados da região Sul do Brasil, por gênero, no total de todas as faixas etárias. Os dados correspondem à agricultura familiar.

Figura 4 – Número de agricultores (as) familiares menores de 25 anos



Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 2017).

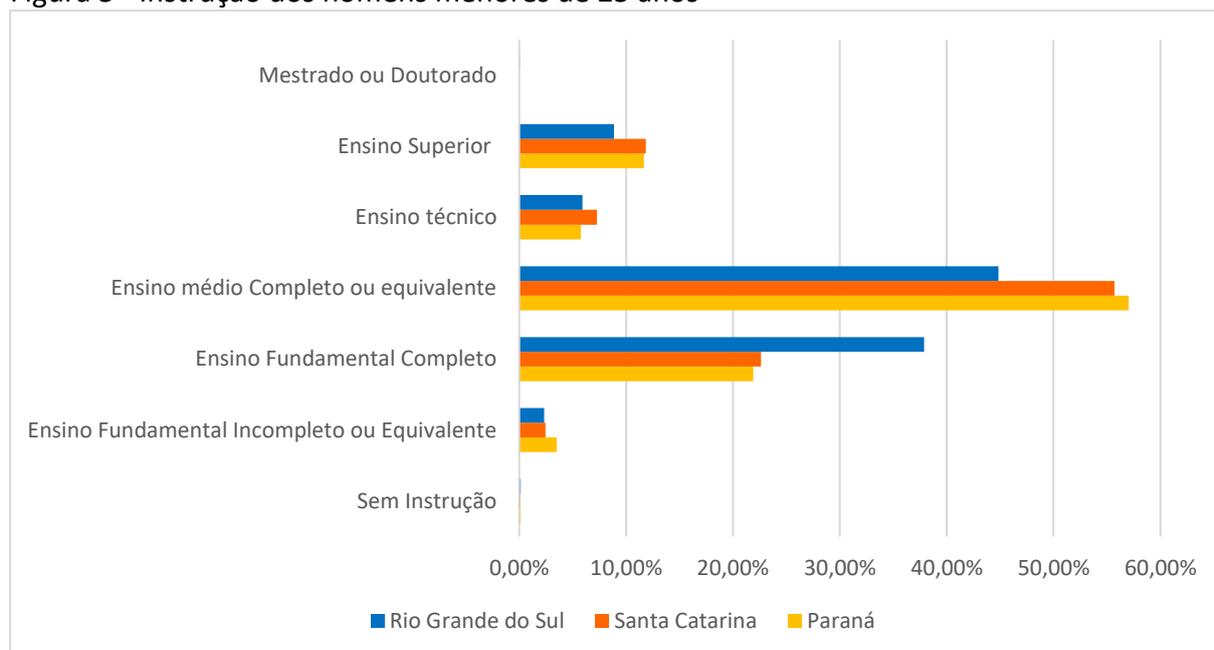
A diferença no número de homens e mulheres é expressiva nos três estados analisados, onde a porcentagem de mulheres, em relação aos homens, não ultrapassa os 30% em nenhum estado analisado. Esta constatação indica que, para a população masculina, o meio rural ainda apresenta mais oportunidades de reprodução econômica e/ou social, mas, em contrapartida, o êxodo seletivo da população feminina é um problema a ser enfrentado pelos órgãos formuladores de políticas públicas. Kischener, Kyota e Perondi (2014) indicam que a cultura presente nas famílias rurais também motiva a saída das jovens mulheres, já que os filhos são geralmente os escolhidos para o processo de sucessão das atividades da família.

O êxodo da população feminina, do meio rural, já havia sido destacado pela pesquisa de Breitenbach e Corazza (2020). Neste estudo, as autoras mostraram que as jovens mulheres têm menos interesse em permanecer na propriedade dos pais. Apenas 33,5% do total de jovens mulheres têm alto interesse em permanecer na propriedade e no meio rural, 28,6% têm

interesse em ser a sucessora da propriedade e 31,5% a gestora. Os jovens homens demonstram mais interesse em todos os aspectos relacionados.

O nível de instrução dos agricultores é fator determinante para uma gestão rural eficiente. Assim, as figuras 5 e 6 mostram o nível de escolaridade de agricultores familiares, menores de 25 anos, residentes nos estados da região Sul do Brasil.

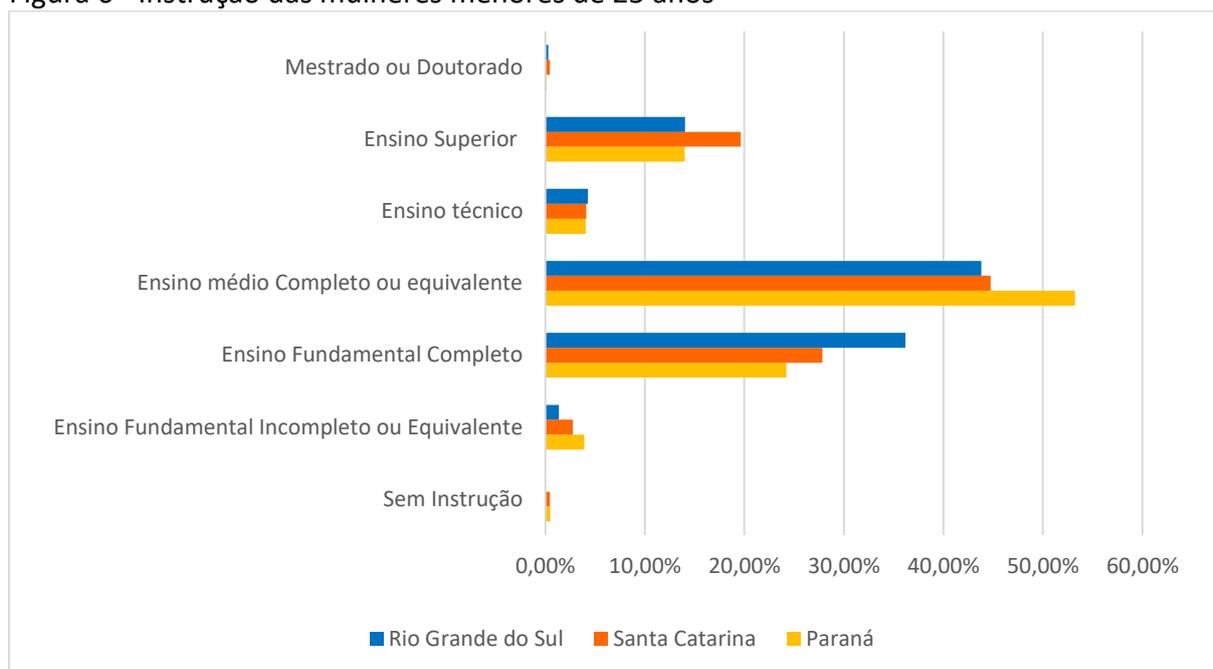
Figura 5 - Instrução dos homens menores de 25 anos



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Com relação aos homens, nota-se que a maior parcela destes, nos três estados analisados, possui ensino médio completo, enquanto aproximadamente 10% possui curso de nível superior. Na figura 6, abaixo, apresenta-se o nível de instrução das agricultoras familiares. Observa-se que a maioria dos jovens, nos três estados pesquisados, tanto homens como mulheres, possuem o ensino médio completo, onde a média é 52,5% e 47,3% respectivamente. Um ponto que chama a atenção ocorre quando se analisa a qualificação em ensino superior ou mais, onde é possível verificar que, na faixa etária até 25 anos, o percentual de mulheres é 49% superior ao de homens com ensino superior, mestrado ou doutorado. Evidenciando o protagonismo feminino no que tange sua qualificação profissional.

Figura 6 - Instrução das mulheres menores de 25 anos



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Esse dado valida os resultados da pesquisa de Breitenbach e Corazza, 2020, onde ao serem questionados sobre o interesse de cursar uma faculdade, 80,1% das jovens mulheres responderam que sim, enquanto 50,5% dos jovens homens demonstraram este interesse. É possível observar maior interesse dos jovens rapazes tanto em ser gestor quanto sucessor da unidade produtiva que estão inseridos (BREITENBACH, CORAZZA, 2017).

4.2 Êxodo rural e sucessão geracional na agricultura familiar: a experiência do município de Coronel Bicaco/RS

Considerando os dados obtidos nas entrevistas, verificou-se que 39 das 40 famílias apresentam interesse em efetuar a sucessão rural e dar continuidade ao empreendimento, 1 família desconsidera a possibilidade de efetuar a sucessão rural, alegando não existir condições financeiras de manutenção da atividade produtiva. Também foi constatado que 8 das 40 famílias demonstram interesse em permanecer no rural, porém alegam não ter condições de efetuar a sucessão, ou seja, aproximadamente 20% das famílias apresentam potencial em deixar a atividade rural.

Apesar da maioria dos produtores manifestarem o interesse de efetuar a sucessão rural, não existe nenhum planejamento formalizado para o processo sucessório, o mesmo resultado verificado por Oliveira, Meneses e Vasconcelos (2021), onde mesmo não havendo um planejamento formal de sucessão, existe um consenso entre pais e filhos que a sucessão irá

ocorrer, seja pelo patriarca não ter mais força de trabalho para manter a propriedade ou pela sua morte.

Dentre os entrevistados, todos destacaram grandes dificuldades em dar continuidade às atividades, já os motivos alegados são basicamente os mesmos para todas as 40 famílias entrevistadas, as queixas são direcionadas aos preços pagos pelos produtos, principalmente ao leite, os quais na avaliação dos produtores está muito baixo e apenas cobre os custos de produção, não gerando montante de retorno para os agricultores. Outro fator destacado pelos produtores de leite é referente às exigências e normatizações que estão cada vez mais severas, as quais tendo em vista o preço pago pelo litro de leite, torna-se inviável a adequação.

As estruturas de acesso e vias de escoamento de produção também são uma queixa dos produtores, destacando principalmente em condições de inverno, onde a conservação das estradas é dificultada e acarreta problemas de escoamento dos produtos. Já na visão dos jovens um grande problema é a desmotivação social para permanência deles no campo, sendo visto na sociedade, um jovem no meio rural, como um jovem com poucas perspectivas e opções.

A geração de renda também é uma situação preocupante na agricultura familiar, pois muitos produtores não conseguem visualizar situações produtivas rentáveis, que viabilizem a permanência no campo, por isso acabam incentivando os filhos a estudarem e procurarem “melhores condições” nas cidades. Neste sentido, a agregação de valor ao leite e demais produtos, pode ser obtida através da agroindustrialização. Por isso, Prochnow *et al.* (2021) apontam que as agroindústrias familiares são meios importantes para a melhoria das condições de vida no meio rural.

A motivação que mantém as famílias ligadas ao meio rural é um fator preocupante, pois 36 das 40 famílias apontaram como motivação para permanecer no campo a proximidade com a família, as dificuldades de estabelecimento no meio urbano e o desejo de permanecer no meio rural pela afinidade. Apenas 4 famílias citaram motivos financeiros de geração de renda para permanecer na atividade, dado este bastante preocupante, pois afeta diretamente a qualidade de vida das famílias e o poder aquisitivo delas.

Para analisar a distribuição dos agricultores (as) de Coronel Bicaco por gênero, foi elaborada a figura 7, a qual se refere aos dados do Censo Agropecuário de 2017. Com relação à masculinização do meio rural, observado no item anterior nos estados do Sul do Brasil, o município de Coronel Bicaco apresenta dados que também apontam este cenário no município, segundo Censo Agropecuário de 2017. A figura indica ainda a expressiva concentração de

agricultores na categoria familiar, o que indica a importância desta categoria para o município pesquisado.

Figura 7 - Agricultores no município de Coronel Bicaco, por gênero



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Diante do exposto, é possível perceber que, as políticas públicas, podem alterar o cenário enfrentado pelos agricultores (as) familiares, especialmente aqueles com menores áreas de terra, e favorecer a permanência do jovem e das mulheres no meio rural (DUARTE *et al.*, 2021). Existem programas específicos para os jovens e mulheres residentes em áreas rurais, destacadamente o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher, os quais são subprogramas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tais programas podem incentivar a permanência dos agricultores (as) jovens nas propriedades familiares, desde que o acesso à tais programas seja viabilizado pelo setor público.

5 Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi analisar a ocorrência do êxodo rural e a sucessão geracional na agricultura familiar, nos três estados da região Sul do Brasil. Foram utilizados os dados secundários oriundos dos Censos Agropecuários do IBGE, nos anos de 2006 e 2017. Também foi investigada a experiência de sucessão geracional no município de Coronel Bicaco/RS, através de questionário aplicado à 40 famílias residentes na área rural do município.

Os dados censitários mostraram redução, nas últimas décadas, no número de agricultores jovens (menores de 25 anos) residentes nos três estados da região Sul do Brasil, tanto entre

agricultores familiares, como os não familiares. Apenas o estado de Santa Catarina obteve aumento, embora pequeno, na categoria de agricultores não familiares. Também foi constatada uma expressiva masculinização da população rural menor de 25 anos, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017. Segundo este Censo, o número de homens jovens é pelo menos 60% superior ao número de mulheres, nos três estados da região Sul do Brasil.

Através da experiência do município de Coronel Bicaco, foi possível apontar algumas condições que acarretam a saída dos jovens moradores do campo, como a falta de infraestrutura no interior do município, assim como os baixos preços pagos aos produtos, de forma especial o leite. Ainda com relação ao leite, os produtores relataram a dificuldade de adaptação à legislação sanitária, motivo que impede a comercialização do produto *in natura*.

Ao traçar alternativas para firmar a permanência do jovem no meio rural, devemos levar em consideração sua liberdade de escolha, liberdade de decisão e sua autonomia. A permanência do jovem no campo não pode ser determinada pela ausência de escolhas, mas sim firmar sua autonomia pessoal, como cidadão que possui liberdade para tomar decisões que irão refletir em seu futuro. Assim, as políticas públicas para a agricultura familiar, como o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher, podem ser meios de garantir a permanência da população jovem no meio rural, desde que o acesso à tais programas seja viabilizado pelo setor público.

Como limitações do estudo, atenta-se para o estudo da sucessão geracional com agricultores familiares em apenas um município, sendo que os resultados obtidos não podem ser generalizados. Novas pesquisas podem analisar os fatores motivantes do êxodo rural e seletivo em outras localidades brasileiras. Ainda, os dados oriundos do Censo Agropecuário são uma fonte confiável para análises estatísticas, que podem comparar as migrações rurais e urbanas em diferentes regiões do Brasil.

Referências

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Um retrato do lado pobre da Agricultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 66-92, set. 2016. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6568>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSCARDIN, M.; CONTERATO, M. A. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, 2017, v. 25, n. 3, p. 671-695.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília-DF, Presidência da República, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília-DF, Presidência da República, 2017. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)). Acesso em: 22 ago. 2021.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. JOVENS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL: QUESTÕES DE GÊNERO NA SUCESSÃO GERACIONAL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 16, n. 3, out. 2020. ISSN 1809-239X. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5889>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CARBONERA, R.; FERNANDES, S. B. V.; OLIVEIRA, F. G. de; MELLO, J. B.; UHDE, E. M.; RIGO, D. S. Diversidade de sistemas produtivos e sustentabilidade na agricultura. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 10, p. 98–118, 2020. DOI: 10.24302/drd.v10i0.2505. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2505>. Acesso em: 4 jul. 2021.

CONTAG. **7º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**. Brasília: Contag, abr. 1998.

COSTA, M. R. C. **O futuro entre o rural e o urbano**. Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo/RS. 2011. 117f. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas.

DUARTE, L. C.; SPANEVELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; LAGO, A. A diversidade dos arranjos sucessórios em propriedades rurais não agrícolas no noroeste do Rio Grande do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 11, p. 1–20, 2021. DOI: 10.24302/drd.v11.3166.

FAVARETO, A. S. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, n. 62, out. 2006.

FERNANDES, B. M. Disputas territoriales entre el campesinado y la agroindustria en Brasil. **Cuadernos del CENDES**, v. 29, n. 81, 2012.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding Farm Succession as Socially Constructed Endogenous Cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014.

FROELICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 361-388, nov. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014. 6. ed.

- GRIS, V. G. C.; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L. T. Sucessão na agricultura familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e Turismo (2004-2016). **Extensão Rural**, Santa Maria, v.24, n.4, out./dez., p. 7-30, 2017.
- HEIN, André Fernando; SILVA, Nardel Luiz Soares. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 394-417, jun. 2019.
- KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Quem vai ficar na agricultura? A sucessão do ponto de vista dos pais: uma proposta de reflexão. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, X, 2014, Foz do Iguaçu, PR. Anais... Foz do Iguaçu, Parque Nacional da Itaipu, 2014.
- LEONARD, B.; KINSELLA, A.; O'DONOGHUE, C.; FARRELL, M.; MAHON, M. Policy drivers of farm succession and inheritance. **Land Use Policy**, v. 61, p. 147–159, 2017.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações da agricultura brasileira desde 1950. **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 2, 19 dez. 2019.
- MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, Á. E. M.; GALIZONI, F. M. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, Caxambu-MG, Brasil, 2008, **Anais... S. I.**: ABEP, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- MUELLER, Airton Adelar. O fenômeno do esvaziamento populacional em municípios do Rio Grande do Sul – Brasil sob a lente da Abordagem das Capacidades. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.
- OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. V. H. Desafios a permanência do jovem no meio rural: um estudo de caso em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n.2, 2021.
- PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, v. 16, n. 35, 2014.
- PROCHNOW, D. A.; THESING, N. J.; CERVI, C.; VALANDRO, R. R. Práticas de Administração Financeira em Agroindústrias Familiares: Um estudo na região Noroeste do Rio Grande do Sul. **NAVUS Revista de Gestão e Tecnologia**. v.11, p.01 - 12, 2021.
- REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 305 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- ROMANO, J. O. Atores e processos sociais agrários no MERCOSUL. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 6, jul. 1996.
- SARON, F. de A.; NETO, C. de C. N.; HESPANHOL, A. N. As Dificuldades de Implementação dos Programas de Apoio à Agricultura Familiar no Brasil. **Bol. geogr., Maringá**, v. 35, n. 1, p. 1-16, 2017.
- SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 159, p. 97-106, 15 jul. 2014.
- SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/44/T/Q>. Acesso em: 28 ago 2021.

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E. The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, v. 47, p. 117-140, 2016.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. EDUSP, 2ª edição. 2008.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. EDUSP, 1ª edição. 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

YAMAGUCHI, C. K.; STEFENON, S. F.; RAMOS, N. K.; DOS SANTOS, V. S. ; FORBICI, F.; KLAAR, A. C. R.; FERREIRA, F. C. S.; CASSOL, A.; MARIETTO, M. L.; YAMAGUCHI, S.K.F.; DE BORBA, M. L. Young People's Perceptions about the Difficulties of Entrepreneurship and Developing Rural Properties in Family Agriculture. **Sustainability**, 12 (21): 8783, 2020.

<https://doi.org/10.3390/su12218783>.

WEBER, C; SPANEVELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; LAGO, A.; AMORIM, G. S. Os elementos condicionantes para seguir na ocupação de agricultor: apontamentos a partir de estudos brasileiros e internacionais. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, 5 (10), 2020.

WIKIPÉDIA. Disponível em: [Coronel Bicaco – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coronel_Bicaco). Acesso em: 28 ago 2021.